



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa
9 de março de 2022

Ata da Centésima Sexagésima Segunda Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia nove do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gutierrez Torquato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Ricardo Ayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados Nilton Franco e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 613/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “estabelece a prioridade para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar pelo Instituto Médico Legal – IML, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 614/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa por emissão de carnê ou boleto bancário, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 615/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o direito de realizar gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 616/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Elfas Cavalcante Lustosa Aragão”; Projeto de Lei número 617/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a apresentação da Bandeira do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 618/2022, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a gratuidade na obtenção da segunda via da carteira de



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

identidade para idosos e pessoas com deficiência, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 619/2022, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “cria o dia do Sojicultor Tocantinense, no âmbito do Estado do Tocantins”; e Projeto de Lei número 620/2022, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “confere Título de Capital do Jalapão à cidade de Mateiros, no Estado do Tocantins”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 621/2022, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins; e os Requerimentos que receberam os números 487 a 493. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 611/2022, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e dos Requerimentos que receberam os números 487, 488, e 489, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Valdemar Júnior, Professor Júnior, Zé Roberto e Gutierrez Torquato. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 494, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que requer dispensa de todos os interstícios e formalidades regimentais para a inclusão na Ordem do Dia desta Sessão bem como para convocação de Sessões Extraordinárias, para discussão e votação das matérias referentes aos Projetos de Leis números 58/2017 e



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

20/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado; 6/2019 e 7/2019, de autoria do Ministério Público; 1/2021, de autoria do Tribunal de Justiça; e 409/2021 de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro e Co-autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro e do Senhor Deputado Olyntho Neto, o qual foi aprovado. Na deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder do Governo, solicitou a retirada no Projeto de Lei número 58/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “revoga dispositivo da Lei número 576, de 24 de agosto de 1993”, que deu origem ao Processo número 320/2017; o qual foi deferido. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 20/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Adicional por Desempenho de Atividades Ambientais – Adaa para os servidores efetivos dos quadros de profissionais de Análise Inspeção e Fiscalização Ambiental do Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins, e adota outras providências”; 6/2019, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei número 3.472, de 27 de maio de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 358/2019; 7/2019, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins,



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

que “altera a Lei número 3.464, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 359/2019; 1/2021, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “altera a Tabela II, do Anexo Único da Lei Estadual número 1.286/2001, que dispõe sobre as custas judiciais, emolumentos e dá outras providências”; 409/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, e Co-Autores a Senhora Deputada Vanda Monteiro e o Senhor Deputado Olyntho Neto, que “institui e define diretrizes para a Política Pública “Menstruação Sem Tabu” de Conscientização sobre a Menstruação e a Universalização do Acesso a Absorventes Higiênicos, e dá providências correlatas”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 14/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “revoga a Lei número 3.735, de 18 de dezembro de 2020”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 266 e 275, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Logo após, o Senhor Presidente colocou em votação



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

o Requerimento de Interstício que recebeu o número 495, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que requer dispensa de todos os interstícios e formalidades regimentais para a inclusão na Ordem do Dia da Vigésima Sessão Extraordinária, para discussão e votação das matérias referentes às Medidas Provisórias números 25/2021 e 4/2022, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e cinquenta e sete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário